

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

CHRISLEY ALEX DOS SANTOS

**GOVERNANÇA CORPORATIVA NO TERCEIRO SETOR: ANÁLISE DAS
PRÁTICAS ADOTADAS POR UMA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
SITUADA EM MACEIÓ**

Maceió – AL

2024

CHRISLEY ALEX DOS SANTOS

**GOVERNANÇA CORPORATIVA NO TERCEIRO SETOR: ANÁLISE DAS
PRÁTICAS ADOTADAS POR UMA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
SITUADA EM MACEIÓ**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao
Curso de Administração da Universidade Federal
de Alagoas, como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Edilson dos Santos Silva

Maceió – AL

2024

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Helena Cristina Pimentel do Vale CRB-4/ 661

S237g Santos, Chrisley Alex dos.

Governança corporativa no terceiro setor: análise das práticas adotadas por uma organização da sociedade civil situada em Maceió / Chrisley Alex dos Santos. – 2024.
45 f. : il.

Orientador: Edilson dos Santos Silva.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Administração) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 38-42.

Apêndices: f. 43-44.

Anexos: f. 45.

1. Governança corporativa. 2. Terceiro setor (Organização). 3. Boas práticas de governança. I. Título.

CDU: 658:336.71(813.5)

Folha de Aprovação

CHRISLEY ALEX DOS SANTOS

Governança Corporativa no Terceiro Setor: Análise das Práticas Adotadas por uma Organização da Sociedade Civil situada em Maceió

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Administração da Universidade Federal de Alagoas como um dos requisitos para obtenção do título de Bacharel em Administração.

APROVADO EM: 31/10/2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 EDILSON DOS SANTOS SILVA
Data: 06/11/2024 07:25:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Edilson dos Santos Silva

Orientador

Documento assinado digitalmente
 ANA PAULA LIMA MARQUES FERNANDES
Data: 06/11/2024 21:59:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Ana Paula Lima Marques Fernandes

Membro Examinador

Documento assinado digitalmente
 NATALLYA DE ALMEIDA LEVINO
Data: 07/11/2024 10:05:01-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Natallya de Almeida Levino

Membro Examinador

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me guiado e me sustentado durante toda essa jornada. Muitos foram os desafios, mas Ele permitiu que eu chegasse até aqui. Que toda honra, glória e louvor sejam para Ele.

A minha mãe, Cléa Adriane, que apesar de todos os obstáculos, sempre cuidou de mim. Ela é uma mulher guerreira, batalhadora e o meu maior exemplo de perseverança. Sou imensamente grato pelo apoio e amor incondicional.

A minha noiva e futura esposa, Débora Rayssa, por todo amor, auxílio e suporte durante essa trajetória. Ela sempre esteve ao meu lado e me impulsionou a alcançar este objetivo.

Aos meus irmãos, Chrisman, Christian e Maria Clara, pela amizade e por toda ajuda. Eles sempre foram fundamentais em tudo o que faço.

A minha família como um todo, que tem um papel muito importante em minha vida.

Aos amigos e irmãos em Cristo, por toda contribuição.

Aos meus colegas de trabalho, que também contribuíram para o meu crescimento.

A todos os professores da FEAC, por todo ensinamento durante essa caminhada, em especial, ao Prof. Dr. Edilson, pela disponibilidade, paciência e todo suporte necessário que precisei para este trabalho.

“Portanto, quer comais, quer bebais ou façais
outra coisa qualquer, fazei tudo para a glória
de Deus.”
(1 coríntios 10:31, Bíblia)

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar as práticas de governança corporativa adotadas por uma organização do terceiro setor. A governança corporativa contribui diretamente para o desenvolvimento do modelo de gestão e transparência em organizações sem fins lucrativos, melhora a eficiência e constrói uma relação de confiança com doadores, beneficiários e outras partes interessadas. A metodologia utilizada neste trabalho é caracterizada por ser qualitativa, descritiva e estudo de caso, cuja coleta de dados se deu a partir das fontes primárias (entrevista de roteiro estruturado realizada com o diretor administrativo de uma ONG em Maceió) e secundárias (Por meio de documentos e relatórios disponibilizados pela organização). A partir da análise realizada, foi possível notar que a instituição está comprometida com as boas práticas de governança em seu modelo de gestão, que tem sido marcado por ações transparentes, equitativas e sustentáveis. Concluiu-se que é possível que a governança corporativa também seja aplicada em entidades do terceiro setor de forma eficiente e que a aderência dessas práticas se torna cada vez mais urgente para essas instituições.

Palavras-chave: Governança corporativa, Organização do terceiro setor, Boas práticas de governança.

ABSTRACT

This study aims to analyze the corporate governance practices adopted by a third sector organization. Corporate governance directly contributes to the development of the management model and transparency in non-profit organizations, improves efficiency and builds a relationship of trust with donors, beneficiaries and other interested parties. The methodology used in this work is characterized by being qualitative, descriptive and case study, whose data collection took place from primary sources (structured script interview carried out with the administrative director of an NGO in Maceió) and secondary sources (through documents and reports made available by the organization). From the analysis carried out, it was possible to note that the institution is committed to good governance practices in its management model, which has been marked by transparent, equitable and sustainable actions. It was concluded that it is possible for corporate governance to also be applied efficiently in third sector entities and that adherence to these practices becomes increasingly urgent for these institutions.

Keywords: Corporate governance, Third sector organization, Good governance practices.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Setores da Sociedade	18
Quadro 2 - Roteiro da Metodologia	26
Quadro 3 - Premiações de reconhecimento	28
Quadro 4 - Ações de Responsabilidade Corporativa	32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

GC	Governança Corporativa
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONGs	Organizações Não Governamentais
OSC	Organização da Sociedade Civil
OTS	Organização do Terceiro Setor

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Caracterização do problema.....	11
1.2	Objetivos	12
<i>1.2.1</i>	<i>Objetivo geral</i>	<i>12</i>
<i>1.2.2</i>	<i>Objetivos específicos.....</i>	<i>12</i>
1.3	Justificativa.....	12
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1	Governança corporativa	14
2.2	Terceiro setor.....	18
3	METODOLOGIA.....	23
3.1	Caracterização da pesquisa	23
3.2	Organização estudada	24
3.2	Instrumentos de coleta de dados.....	25
3.3	Tratamento dos dados	25
4.	ANÁLISES E RESULTADOS	27
4.1	Princípio da transparência.....	27
4.2	Princípio da equidade	28
4.3	Princípio da prestação de contas.....	30
4.4	Princípio da responsabilidade corporativa	31
4.5	Características do conselho de administração.....	33
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
	REFERÊNCIAS.....	38
	APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA	43
	ANEXO A – AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA	45

1 INTRODUÇÃO

A governança corporativa tem ganhado destaque no mercado brasileiro devido às constantes mudanças nas organizações, de forma que estas devem elaborar estratégias que englobam questões ambientais, sociais e um modelo de governança que traga maior valor para a empresa.

A ênfase da temática tem sido importante, visto que conhecer sobre a governança corporativa pode gerar benefícios para a gestão nos controles internos, contribuindo para a transparência e confiabilidade. Esses elementos podem ser percebidos como um diferencial competitivo (SOUZA; BAUER; COLETTI, 2019).

De acordo com Ferreira e colaboradores (2019), a governança corporativa engloba vários dispositivos com o propósito de otimizar a criação de valor para a empresa. Ela emerge como uma ferramenta que almeja aprimorar a qualidade da administração e a responsabilidade empresarial, tornando as organizações mais eficazes em suas atividades comerciais.

Corso, Eckert e Pompermayer (2020) corroboram ao afirmar que desenvolver uma estrutura de governança corporativa padronizada é uma opção relevante para cumprir com a responsabilidade social e promover o desenvolvimento sustentável. Dessa forma, fica evidente que adotar boas práticas de governança corporativa é fundamental para todas organizações.

A princípio, os mecanismos de governança corporativa foram desenvolvidos para empresas privadas, principalmente as de capital aberto. No entanto, as boas práticas também podem ser adotadas pelas Organizações do Terceiro Setor (OTS), e trazer benefícios por intermédio de suas ações e aplicações, que buscam contribuir para a gestão com mais eficiência (IBGC, 2014).

O terceiro setor engloba uma ampla variedade de instituições, como fundações, associações e organizações não governamentais, entre outras. Constitui-se de empreendimentos privados e autônomos, que operam sem objetivos lucrativos e são legitimados através da participação da sociedade civil organizada. Esse setor atua com o propósito de garantir direitos fundamentais (PAES; VALLE; SANTOS, 2017; CONDUTA; VITORIANO, 2021).

Nesse contexto, a governança merece destaque no terceiro setor. Lacruz (2020) ressalta que é necessário analisar o impacto que as boas práticas de

governança podem trazer para as Organizações da Sociedade Civil (OSC), pois os mecanismos, quando alinhados, ajudam a atrair doadores e, conseqüentemente, aumentar o recebimento de recursos provenientes de doações.

De acordo com Conduto e Vitoriano (2021), adotar as boas práticas inerentes à governança corporativa faz com que a instituição cresça e tenha um melhor desempenho nos processos administrativos e financeiros. Além disso, essas práticas agregam valor à imagem da organização ao demonstrar transparência nas informações apresentadas, tornando-a digna de credibilidade e confiabilidade, fatores essenciais para o terceiro setor.

1.1 Caracterização do problema

Segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2023), a cada 10 (dez) Organizações não Governamentais (ONGs) abertas no Brasil, 3 (três) encerram suas atividades devido a diversas dificuldades. Entre esses problemas está a falta de um controle interno e corporativo de qualidade. Assim, fica evidente que não desenvolver uma gestão fortalecida, que adota boas práticas de governança corporativa, pode comprometer a vida da OSC devido à falta de organização, transparência e eficiência.

Lolla e Veloso (2018) também destacam que é possível potencializar a captação de recursos por meio de um modelo de gestão que cumpra com suas finalidades legais e assegure a perpetuidade da organização. Portanto, atentar-se para os pilares da gestão corporativa é fundamental tanto para a melhoria da administração, quanto para a longevidade da mesma. Contudo, incorporar as boas práticas representa um desafio não apenas para as entidades governamentais e empresas privadas, mas também para as OTS.

Estas organizações dependem de doações para garantir sua sustentabilidade e cumprir sua missão de gerar impacto social. No entanto, elas enfrentam dificuldades gerenciais e limitações para aplicar os mecanismos proporcionados pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Poucas ONGs conseguem sobreviver em meio a esse cenário e servir como referencial para outras no quesito de governança corporativa (INNOCENTI; VICENTE; GASPARETTO, 2020).

Diante desse contexto, o presente trabalho apresenta a seguinte pergunta de pesquisa: Quais são as práticas de governança corporativa adotadas por uma Organização da Sociedade Civil situada em Maceió?

1.2 Objetivos

Para responder à pergunta de pesquisa, o presente trabalho possui objetivos que estão divididos em objetivo geral e objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo geral

Analisar quais são as práticas de governança corporativa adotadas pela organização da sociedade civil situada em Maceió – AL.

1.2.2 Objetivos específicos

- Identificar quais as práticas de governança realizadas na organização de sociedade civil situada em Maceió;
- Descrever os princípios que norteiam as práticas de governança corporativa adotadas pela organização, e
- Verificar se a governança está sendo praticada conforme seus pilares fundamentais: transparência, equidade, prestação responsável de contas e responsabilidade corporativa.

1.3 Justificativa

As organizações sociais desempenham um papel muito importante para a população, dependendo de sua atuação em determinadas localidades. Conseqüentemente, elas têm despertado cada vez mais a atenção dos gestores em relação ao aperfeiçoamento de sua estrutura organizacional para a melhoria do seu desempenho. Dejavite (2021) destaca a importância crucial de analisar o como as práticas de governança podem fazer parte das entidades do terceiro setor.

É importante ressaltar que as OSCs obtêm recursos através de contribuições, tanto de indivíduos, quanto de empresas, além de receberem auxílios do governo.

Esses doadores estão se tornando cada vez mais rigorosos em relação aos critérios para a alocação de recursos, demandando transparência, responsabilidade fiscal e outros aspectos relacionados à governança corporativa (FAUSTINO; OLIVEIRA; SILVA, 2022). Portanto, é essencial analisar e ajustar os modelos de gestão de acordo com as particularidades exigidas por todos os stakeholders, com o objetivo de aprimorar os princípios essenciais da governança.

De acordo com Celegatti et al. (2021), é fundamental realizar estudos que apontem quais são as práticas adotadas pelas Organizações da Sociedade Civil e como essas entidades podem aprimorar seus processos. Além disso, tais estudos podem servir de modelo de benchmarking para outras ONGs.

O terceiro setor traz diversos benefícios para a sociedade, pois visa o bem-estar social, oferece capacitação profissional, geração de renda e movimentação na economia. Contribuir para o desenvolvimento dessas organizações é de suma importância para fortalecer suas respectivas gestões.

Ademais, a partir de uma análise das práticas adotadas pelo instituto situado em Maceió, é possível identificar e entender a estrutura do seu respectivo modelo de gestão. Além disso, essa análise pode abrir oportunidades para melhorias que contribuam para a eficiência e qualidade nos serviços oferecidos, resultando em mais benefícios para a sociedade.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Governança corporativa

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC (2015), a governança corporativa é o conjunto de mecanismos e estruturas que regem a direção, supervisão e estímulo de empresas e outras organizações, abrangendo as interações entre acionistas, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle, bem como outras partes envolvidas.

De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE (2015), a governança corporativa pode ser entendida como o sistema pelo qual as organizações são dirigidas e controladas, podendo assegurar que as mais diversas entidades operem de forma transparente e responsável e também consigam maximizar a sustentabilidade nas esferas econômicas, ambientais e sociais.

Para Celegatti et al. (2021), a governança corporativa envolve um conjunto de estratégias destinadas a melhorar o funcionamento de uma empresa, salvaguardando os interesses de investidores, funcionários e credores, ao mesmo tempo que simplifica a obtenção de financiamento. Ela pode ser definida como um conjunto de diretrizes ou princípios que moldam a maneira como as decisões são tomadas.

A Governança Corporativa também pode ser definida como um conjunto de práticas, normas e diretrizes que orientam a gestão de uma organização. Seu propósito primordial é garantir a observância dos princípios fundamentais de transparência, equidade, responsabilidade e prestação de contas. Dentro desse quadro, o principal objetivo é estabelecer um ambiente de negócios onde a ética seja um pilar central para todas as partes envolvidas (DEJAVITE, 2021).

Dejavite (2021) também menciona que a origem da própria palavra governança está ligada ao termo governo, representando um sistema que dita à maneira como uma organização é gerenciada, o que se reflete em sua cultura, políticas e regulamentos internos. Essa abordagem visa alcançar a excelência na estratégia e na administração empresarial, destacando-se pela transparência e pela demonstração de clareza em suas ações perante públicos internos e externos.

Para Ecket et al. (2022), a governança corporativa é descrita de diversas maneiras por autores de destaque, mas de forma geral todos concordam que a ética e transparência são fundamentais para o eficaz progresso de uma organização e que ela se configura como um mecanismo que enfatiza às melhores práticas legais, envolvendo os gestores, colaboradores da entidade, como também os fornecedores, investidores, órgãos públicos e toda a comunidade.

Embora haja variações nas ênfases e pontos, os conceitos propostos por diversos autores convergem em sua compreensão da governança corporativa. Eles ressaltam a importância de implementar mecanismos, estruturas e princípios que orientem a gestão organizacional de forma eficaz (ECKET ET AL., 2022)

Portanto, compreender os conceitos relacionados à GC é fundamental para promover práticas de boa governança, visando aumentar a transparência e a confiabilidade entre gestores e acionistas, atendendo à demanda do mercado por maior transparência e confiabilidade nas informações e demonstrações contábeis, além de uma gestão que demonstre credibilidade e competência nos resultados apresentados (SOUZA; BAUER; COLETTI, 2019; BASTOS, 2020).

De acordo com Silva e Seibert (2015), o tema inerente à governança não é consideravelmente antigo, visto que a expressão veio surgir próximo aos anos 80, mas conforme o tempo passa, o termo vem ganhando cada vez mais destaque no ambiente acadêmico, empresarial e social.

Segundo Bastos (2020), o trabalho de Berle e Means publicado em 1932 documentou alguns fatores importantes em relação às mudanças na composição empresarial dos Estados Unidos, de forma que as empresas começaram a optar pela separação da propriedade e controle entre acionistas e gestores, surgindo a necessidade de criar uma estrutura que permitisse a supervisão das ações dos gestores, assegurando que suas decisões estivessem alinhadas com os interesses dos proprietários.

Ecket et al. (2022) corrobora ao dizer que este tema tem ganhado maior destaque a partir do início do século XX, impulsionado por escândalos de falta de ética e transparência em empresas de renome nos Estados Unidos. Como resposta a esses incidentes, o governo do país promulgou leis mais rigorosas. Apesar de o pioneirismo ter sido na década de 1930, foi somente a partir dos anos de 1970 que intensificou a pesquisa e o desenvolvimento da governança corporativa como conhecemos hoje (LIMA ET AL., 2023).

Para Ferreira et al. (2019), a origem da governança corporativa está intrinsecamente ligada ao desempenho das empresas, uma vez que envolve a implementação de práticas que visam melhorar esse desempenho. Entre essas práticas, destaca-se uma abordagem que visa lidar com o problema da agência.

Silveira (2010) afirma que do ponto de vista conceitual, a teoria mais amplamente aceita para abordar o assunto da governança é a teoria do agente-principal. No entanto, essa teoria pressupõe que o agente nem sempre tomará decisões no melhor interesse do principal. Como consequência, surge um desafio significativo entre essas duas partes, conhecido como problema do agente-principal ou, de forma mais comum, problema de agência.

No Brasil, as discussões sobre governança corporativa tiveram início nos anos 1990, com um destaque especial para o Instituto Brasileiro de Conselheiros de Administração (IBCA), fundado em 1995, que posteriormente passou a se chamar Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Isso ocorreu um pouco mais tarde do que em outros países, apesar de apresentar particularidades significativas relacionadas às organizações nacionais (FERREIRA ET AL., 2019; SOUZA; BAUER; CELTTI, 2019; LIMA ET AL., 2023).

A partir de 1998, o assunto começou a ganhar destaque no Brasil, principalmente devido a vários conflitos surgidos entre acionistas controladores e minoritários relacionados a operações de fechamento de capital e venda de blocos de controle que foram consideradas prejudiciais pelos acionistas não controladores (SILVEIRA, 2010).

Em 1999, o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa lançou o primeiro Código Brasileiro das Melhores Práticas de Governança Corporativa, um documento que serviu como referência para as primeiras discussões sobre o tema no país. Nos últimos anos, as pesquisas cresceram bastante, mostrando assim a relevância do tema para a área acadêmica e empresarial (FERREIRA ET AL., 2019).

A governança corporativa busca aumentar o valor das empresas que a implementam, melhorar seu relacionamento com os investidores e garantir sua sustentabilidade, tudo isso mediante a adoção dos 4 princípios fundamentais: transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa (PERES; DUARTE; ARAÚJO, 2018).

De acordo com o IBGC (2015), a incorporação dos princípios fundamentais de governança corporativa influencia, em diferentes graus, todas as ações descritas no código, promovendo um ambiente de confiança tanto dentro da organização quanto nas interações com parceiros externos.

Ramos et al. (2020) concordam ao afirmar que as boas práticas de governança corporativa empregam princípios fundamentais com o propósito de estabelecer diretrizes claras, visando à harmonização de interesses a fim de proteger e fortalecer a longo prazo o valor econômico da empresa, promovendo o acesso a recursos, sua durabilidade, a excelência na administração e o benefício da sociedade como um todo.

É importante ressaltar que os princípios inerentes à governança corporativa podem ser aplicados nos mais diversos segmentos do mercado, como também setores existentes. Assim, as organizações que buscam mais eficiência devem optar pelas boas práticas de governança e os respectivos princípios básicos do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), que inspiram o código de melhores práticas de governança corporativa (INNOCENTI; VICENTE; GASPARETTO, 2020; RAMOS ET AL., 2020).

Conducta e Vitoriano (2021) destacam que esses princípios são fundamentais para que as organizações estabeleçam as boas práticas de governança corporativa de forma eficiente. De forma prática nas organizações, os pilares visam fazer com que as mesmas forneçam informações claras, suas ações externas e internas sejam respaldadas na equidade, bem como possam garantir a sustentabilidade e o compromisso da entidade com o meio social e ambiental.

Portanto, conclui-se que ao promover a transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, a governança corporativa busca garantir a confiança dos investidores, proteger e fortalecer o valor das organizações em longo prazo e contribuir para o benefício da sociedade. Com origens ligadas à necessidade de lidar com o problema da agência e impulsionada por eventos históricos e regulamentações, a governança corporativa tornou-se uma prática globalmente reconhecida e fundamental para a eficácia e integridade das empresas no mundo contemporâneo.

2.2 Terceiro setor

De forma abrangente, pode-se afirmar que a sociedade civil é organizada em três setores distintos. O primeiro setor é representado pelo Estado, o segundo setor é constituído pelo mercado e pelas empresas privadas, enquanto o terceiro setor é composto por uma variedade de organizações e associações sem fins lucrativos (RAMOS, ET AL., 2020).

Quadro 1 - Setores da Sociedade

	PRIMEIRO SETOR	SEGUNDO SETOR	TERCEIRO SETOR
AGENTE	Público	Privado	Privado
FINALIDADE	Pública	Privada	Privada
ATUAÇÃO	Estado	Mercado (empresas)	Organizações sem fins lucrativos

Fonte: Adaptado de Oliveira e Coelho (2018)

Diniz (2020) destaca que o terceiro setor envolve, exclusivamente, às entidades privadas, sendo estas sem vínculo com a administração pública e o Governo de forma geral. Elas também são caracterizadas pelos seus objetivos sociais e sem qualquer desejo por lucro. Apesar de não pertencer ao Estado, às organizações sem fins lucrativos cooperam com atividades sociais que não são exclusivas do próprio governo.

Falcão e Araújo (2017) definem que existem características comuns que pertencem a todas organizações do terceiro setor, todas essas organizações são privadas, não têm fins lucrativos, são constituídas de forma legal, possuem uma administração própria e contam com o voluntariado em diversas áreas.

Para Conduto e Vitoriano (2021), o terceiro setor ganhou um destaque muito importante pelo fato de desempenhar um papel social que visa atender necessidades específicas em certas realidades sociais. Dessa maneira é possível atuar de forma voluntária, com autonomia e administração própria junto à sociedade civil como um todo.

As entidades que compõem esse setor emergem em movimentos sociais que buscam suprir determinadas necessidades nas mais diversas áreas da sociedade, que envolve saúde, educação, lazer, cultura, cidadania, meio ambiente, entre outras

áreas. O terceiro setor surge como um agente que atua para a melhoria da qualidade de vida, devido aos desafios e dificuldades que o Governo encontra para gerir e atuar na sociedade (DEJAVITE, 2021).

Mediante às desigualdades sociais, as fundações e associações sem fins lucrativos mostram-se essenciais para o desenvolvimento humanitário e econômico de determinada região. Isso mostra a importância do papel dessas instituições, como também os desafios a serem enfrentados para conseguir atingir o objetivo, que envolvem planejamento e eficiência (ABREU; THEÓPHILO, 2021).

Faustino, Oliveira e Silva (2022) corroboram com esse pensamento ao afirmarem que as organizações do terceiro setor surgiram para atender demandas e preencher lacunas sociais por causa da ineficiência do Estado quanto ao cumprimento em suprir as necessidades básicas da população mais carente.

Quanto ao respaldo legal brasileiro em relação à abrangência das organizações da sociedade civil, a Lei nº 10.406, de 2002, no artigo 62, aborda os fins que as fundações podem ser constituídas, ao mencionar os seguintes pontos:

- I. Assistência social;
- II. Cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico;
- III. Educação;
- IV. Saúde;
- V. segurança alimentar e nutricional;
- VI. Defesa, preservação e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável;
- VII. Pesquisa científica, desenvolvimento de tecnologias alternativas, modernização de sistemas de gestão, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos;
- VIII. Promoção da ética, da cidadania, da democracia e dos direitos humanos;
- e
- IX. Atividades religiosas.

No território brasileiro, as primeiras iniciativas de organizações voluntárias com propósitos sociais surgiram originalmente das igrejas cristãs, que em meados do século XVI fundaram as Santas Casas de Misericórdia. Essas instituições agiam de forma filantrópica para atender questões sociais (FALCÃO; ARAÚJO, 2017).

Para Souza e Moreira (2023), o terceiro setor tem uma atuação muito relevante em várias esferas da sociedade, e dessa maneira é relevante que as organizações pertencentes ao mesmo tenham certa sustentabilidade financeira para manter o negócio ativo e ser longínquo nas atividades desenvolvidas.

Dessa maneira, também é essencial alinhar os aspectos financeiros com a prestação de serviço e contribuição para os beneficiários, visto que muitas organizações encontram diversas dificuldades em um contexto volátil como o atual cenário social brasileiro (SOUZA; MOREIRA, 2023).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (2016), no ano de 2010 havia 283.812 instituições, levando em conta as associações sem fins lucrativos e fundações privadas no Brasil. No entanto, em pesquisas posteriores, foi constatado que o número de instituições teve uma queda no decorrer dos anos, chegando em 275.262 no ano de 2013, e 236.950 no ano de 2016.

Para Ramos et al. (2020), a perceptível mudança e atenuação das Organizações Não Governamentais têm grande relação com dificuldades comuns. Dentre essas, existe o grande desafio que é sobreviver através da captação de recursos e conseguir efetuar os compromissos sociais.

Os recursos financeiros dessas organizações são provenientes de doações, determinados serviços, fundos, subvenções, entre outros. E existe o desafio de conseguir aplicar esses recursos, que muitas vezes são escassos, de forma que seja possível arcar com todas as despesas e serviços da organização (RAMOS ET AL., 2020).

Diante do cenário que é preciso alinhar gestão, transparência, captação de recursos e eficiência, a governança corporativa entra como um tema pertinente para as organizações do terceiro setor. Ávila e Bertero (2016) seguem esse raciocínio ao abordar que a governança é fundamental para essas instituições, visto que é por meio dela que é possível obter recursos, controle de gastos, projeções orçamentárias, métricas para avaliação, bem como ações transparentes dos gestores.

De forma específica, existem estudos acerca da temática, como o de Lolla e Veloso (2018), que obteve um resultado positivo ao realizar o estudo de caso em uma obra social, mostrando que a entidade analisada possui uma governança corporativa bastante ativa, conseguindo atingir eficientemente todos os princípios.

No entanto, a maioria dos estudos realizados apontam algumas deficiências que as organizações do terceiro setor têm para aplicar a governança corporativa. Ramos et al. (2020) constatou que a entidade que foi objeto de estudo não seguia os princípios básicos da governança corporativa, pois a maioria das práticas adotadas era deficientes, sendo necessário desenvolver mecanismos de controle e gestão mais equitativa e transparente.

Já Innocenti, Vicente e Gasparetto (2020) buscaram evidenciar as boas práticas de governança corporativa em fundações privadas de acordo com Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e observaram que o nível médio obtido foi de 1,2, considerando uma escala de 0 a 2, mostrando que as fundações atendem parcialmente os princípios estabelecidos pelo Instituto.

Quanto à captação de recursos pelas entidades do terceiro setor, a pesquisa conduzida por Ananias et al. (2020) ofereceu uma contribuição significativa ao destacar dois pilares da GC, sendo a transparência e a prestação de contas financeiras. Os autores observaram que esses princípios desempenham um papel excepcional para que a entidade seja eficiente na obtenção de recursos de origem pública ou privada. Ademais, o estudo apontou que o desafio mencionado é comum para muitas organizações do setor.

Celegatti et al. (2021), buscaram abordar sobre as práticas de governança corporativa em uma entidade do Estado do Paraná. O resultado mostrou que a entidade analisada possuía poucas práticas de governança implementadas, levando em consideração estrutura do conselho, auditoria, transparência estratégica e disponibilização dos relatórios para todos os stakeholders.

O estudo sobre a relação da temática com o compartilhamento do conhecimento com as instituições do terceiro setor, de Conduto e Vitoriano (2021), também mostrou semelhança, pois notou que as organizações estudadas têm ciência da relevância das boas práticas de governança corporativa, mas atendem parcialmente às exigências dos pilares, ou então não conhecem e aplicam de forma instintiva.

A pesquisa de Abreu e Theóphilo (2021) buscou analisar websites de organizações não governamentais do Estado de Minas Gerais. Para o estudo, foram selecionadas as 50 maiores entidades sem fins lucrativos do respectivo e foi possível observar que a maioria das entidades demonstrou baixo nível de aderência às informações necessárias para divulgação no sítio eletrônico, respectivamente.

Landim, Ávila e Carvalho (2022) realizaram uma pesquisa com algumas entidades do terceiro setor da cidade de Uberlândia, com o objetivo de analisar o nível de práticas adotadas por essas instituições, envolvendo os princípios da transparência, prestação de contas e independência. Observou-se que apenas metade das organizações apresentou certo nível satisfatório de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo respectivo estudo.

Em um estudo realizado em uma cooperativa de saúde por Azevedo, Maia e Couto (2022), também foi possível visualizar que a determinada organização possui uma adesão às práticas de governança corporativa em grau consideravelmente moderado, bem próximo ao baixo. Isso alertou a cooperativa para mudanças significativas e necessárias no modelo de gestão.

Portanto, fica evidente que a maioria dos estudos encontraram divergências entre o alinhamento da governança corporativa e o terceiro setor, pois grande parte das organizações não consegue aplicar os princípios de governança de forma eficaz. Dessa maneira, a temática continua sendo um estudo relevante para exploração e com possíveis incentivos para que as organizações não governamentais possam adotar as boas práticas e assim contribuir para a sociedade de forma mais ativa.

3 METODOLOGIA

Proetti (2018) afirma que é através dos procedimentos metodológicos que o conhecimento científico é obtido, pois, por intermédio deles é possível buscar, analisar, interpretar e entender os fatos e fenômenos estudados.

3.1 Caracterização da pesquisa

Perante o objetivo geral de analisar quais são as práticas de governança corporativa adotadas pela organização da sociedade civil situada em Maceió - AL, a pesquisa é caracterizada como descritiva. Segundo Gil (2008, p. 28), “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno.” Para o autor, esse tipo de pesquisa aponta para a atuação prática da temática desenvolvida pelo pesquisador.

Uma das grandes contribuições da pesquisa descritiva é proporcionar novas formas de enxergar a realidade conhecida outrora. O processo descritivo busca identificar, registrar e analisar os fatores estudados sem que haja interferência do pesquisador (NUNES; NASCIMENTO; LUZ, 2016).

Em relação à abordagem do problema de pesquisa, utilizou-se a pesquisa qualitativa que, conforme Proetti (2018), possibilita a investigação e compreensão de eventos dentro de contextos específicos, visando analisar e buscar respostas que contribuam para a compreensão do estudo. Outrossim, o pesquisador mantém contato direto ou interativo com o objeto de estudo para facilitar esse processo.

Soares (2019) afirma que a pesquisa qualitativa também pode se expressar pelo desenvolvimento do conhecimento, conceitos e ideias a partir de fatos analisados, como também por intermédio de novas descobertas ou atualizações inerentes à temática do problema estudado.

A pesquisa também se caracteriza como estudo de caso. Segundo Gil (2008, p. 57) pode ser definido como “estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados”.

Para Proetti (2018) e Guerra (2023), o estudo de caso pode ser caracterizado, também, como um modelo estratégico de pesquisa que visa investigar de maneira mais acentuada o determinado cenário para estudo. Outrossim, os autores concordam

que essa análise é mais detalhada e completa. Destarte, busca-se analisar quais as práticas de governança que a ONG estudada tem adotado.

3.2 Organização estudada

O estudo foi realizado no Instituto Manda Ver, que é uma Organização da Sociedade Civil (OSC), desvinculada de interesses lucrativos ou políticos, dedicada a fomentar a cidadania e a mudança social.

De acordo com o próprio Estatuto Social (2021), o instituto se caracteriza como uma associação sem fins lucrativos que visa promover a cidadania através da educação, esporte e do lazer, de forma que alcance o desenvolvimento econômico da população local do bairro do Vergel do Lago, situado em Maceió - AL.

De acordo com Milani e Oliveira (2021), o Vergel do Lago possui uma ampla vulnerabilidade social. O bairro é localizado na parte baixa da capital alagoana e grande parte da população situada na região é dependente da ajuda social, governamental e comunitária para obter questões básicas, como alimento, moradia e acesso à educação.

Diante desse cenário, o Instituto Manda Ver surgiu em 2018, tendo a missão de promover a cidadania com ações empreendedoras, através do esporte, cultura, qualificação profissional e geração de renda, e ainda visa tornar o vergel um dos lugares mais inovadores e empreendedores do Estado de Alagoas.

Segundo o Estatuto Social do Manda Ver (2021), a ONG possui diversas finalidades, dentre elas estão:

- I - Promover e/ou divulgar atividades de caráter técnico, científico, educativo, cultural, filantrópico, técnico agrícola, ecológico e de responsabilidade e assistência social, defesa e/ou conservação do patrimônio histórico e/ou artístico, que promovam o desenvolvimento social e/ou econômico e/ou que combatam a pobreza, bem como atividades de ações de voluntariado;
- II - capacitar voluntários, incentivar profissionais, empresas e/ou instituições a praticarem atos solidários;
- III - organizar cursos educacionais de quaisquer níveis e/ou colaborar para a execução deles; promover o ensino da leitura e/ou da escrita aos indivíduos analfabetos e/ou semianalfabetos;
- IV - distribuir bolsas de estudo ou colaborar com outras instituições dedicadas a esta atividade;
- V - promover e/ou realizar projetos em intercâmbio com universidades ou outras instituições similares no Brasil ou no exterior,
- VI - promover cursos e/ou premiar trabalhos e/ou teses, dentro de projetos que venham a colaborar para incentivar aspectos da educação, cultura, responsabilidade social, ecologia, preservação do patrimônio artístico e/ou cultural;

VII - promover a inclusão social por meio de projetos específicos e/ou do apoio a outros já existentes (ESTATUTO SOCIAL, 2021, p.2).

3.2 Instrumentos de coleta de dados

Para obter as informações desejadas, foi realizada entrevista com roteiro estruturado, conforme apresentado no Apêndice A, com 25 (vinte e cinco) questões. Para a elaboração do roteiro, foram utilizados os trabalhos de Bortoluzzi, Leismann e Johann (2016), Carvalho (2019) e Ramos et al. (2020). Todas as perguntas relacionadas à governança corporativa, com o intuito de analisar quais as práticas adotadas pelo instituto estudado.

Gil (2008, p.109) define a entrevista como “técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação.”

Dessa forma, o presente estudo de caso foi realizado através de entrevista estruturada, onde foi elaborado um roteiro adaptado de outras pesquisas e alinhado com os objetivos deste trabalho.

Inicialmente, o questionário foi enviado via e-mail para análise e, posteriormente, foram realizados contatos pessoais e virtuais para obtenção das respostas de forma mais completa e de maneira que a entrevista não gerasse dúvidas. As respostas foram concedidas pelo Diretor financeiro e administrativo da ONG no período de janeiro de 2024.

Ainda em relação à coleta de dados, visando complementar a entrevista e os dados primários, fez-se uso da análise documental como dados secundários em documentos, arquivos, relatórios e demonstrativos financeiros disponibilizados no respectivo sítio eletrônico da organização (MARCONI; LAKATOS, 2014).

O presente estudo também se enquadra nos critérios da ética em pesquisa, pois está de acordo com o Art. 1º, VI, da Resolução nº 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde: “Pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional (...).”

3.3 Tratamento dos dados

Para analisar os dados levantados, a técnica escolhida foi a análise de conteúdo, que segundo Cardoso, Oliveira e Ghelli (2021), é uma opção bastante

interessante quando os dados da pesquisa são obtidos das comunicações e o objetivo do trabalho é buscar entender de forma mais concreta o que é analisado.

A análise de conteúdo é uma técnica de muita relevância para as pesquisas sociais. Por meio dela, o pesquisador busca ser imparcial e realizar uma investigação mais detalhada do objeto de estudo. Posteriormente, é feita a descrição do conteúdo obtido mediante indicadores qualitativos para que seja possível chegar a determinadas conclusões (CARDOSO; OLIVEIRA; GHELLI, 2021).

O quadro 2 mostra de forma sucinta a metodologia utilizada no trabalho para obter o seu respectivo objetivo.

Quadro 2 - Roteiro da Metodologia

METODOLOGIA	
Objetivos	Descritiva
Procedimento	Estudo de caso
Abordagem do problema	Qualitativa
Coleta de dados	Entrevista
Tratamento dos dados	Análise de conteúdo

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

4 ANÁLISES E RESULTADOS

Nesta seção serão apresentados os principais resultados obtidos a respeito do Instituto Manda Ver, OSC utilizada como estudo de caso e serão descritas as respectivas informações de como o instituto tem adotado e aplicado a governança corporativa, levando em consideração alguns pilares fundamentais da GC, buscando, assim, alcançar o objetivo geral desta pesquisa - Analisar as práticas de governança corporativa adotadas pela Organização da Sociedade Civil situada em Maceió - AL.

4.1 Princípio da transparência

A seguir, apresentam-se as informações disponibilizadas pelo instituto, levando em consideração como este princípio é aplicado e suas contribuições para a organização.

De acordo com o diretor financeiro e administrativo, a organização busca sempre compartilhar suas informações a respeito da administração com os stakeholders, incluindo sócios, colaboradores, entidades governamentais e a comunidade. Para isso, o instituto faz uso de um espaço de transparência em seu respectivo website, além das constantes postagens nas redes sociais e também as reuniões internas, que podem ser semanais, mensais ou assembleias gerais.

Quanto à divulgação de seus resultados financeiros e operacionais, a organização busca fornecer informações detalhadas tanto em termos quantitativos, como qualitativos. Estas informações também constam no sítio eletrônico do instituto, onde é possível visualizar relatórios com as ações executadas, resultados em número e o impacto causado, bem como o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício.

Apesar de não haver um meio de relação com o público geral estruturado por meio do site, existe a opção de contato via e-mail e WhatsApp para mensagem direta. Dessa forma, pode-se perceber que as informações disponibilizadas pelo Instituto Manda Ver não se limitam ao desempenho econômico-financeiro e que essas informações estão disponíveis para todos, o que está de acordo com o pilar fundamental de transparência do IBGC (2015).

De acordo com o diretor respondente, o nível de transparência do instituto contribui para aumentar a confiança interna e a relação com terceiros. Uma evidência

disso são os selos de gestão e transparência conquistados pela entidade, além do reconhecimento como a melhor ONG de Alagoas por 2 (dois) anos.

Conforme a abordagem do diretor e as informações contidas no website do instituto (2024), é possível observar alguns selos obtidos como premiação pela transparência nas atividades desenvolvidas.

Quadro 3 - Premiações de reconhecimento

Selos	Descrição
Melhores ONGS	O prêmio melhor ONGs seleciona, de forma técnica e objetiva, organizações que se destacam pela gestão transparente. A avaliação é realizada por alguns especialistas do terceiro setor, levando em consideração informações e documentos comprobatórios. O Manda Ver foi premiado em 2021 e 2023.
Falcão Gestão: Programa de Excelência	O instituto também faz parte da rede Gerando Falcões, que se caracteriza como um ecossistema de Ongs de todo Brasil. Além do aporte financeiro, há monitoramento e desenvolvimento de gestão transparente.
Gestão e Confiança AMBEV Voa & Doar	Organizações selecionadas recebem um curso de gestão, envolvendo orçamento, captação de recursos, estratégia, relacionamento, entre outros fatores pertinentes para a transparência.
Doar - Gestão e Transparência	O selo doar tem como objetivo incentivar a gestão transparente nas organizações do terceiro setor, conforme a adequação aos padrões de gestão, transparência e doação. O Manda Ver também se enquadra nos critérios estabelecidos.

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com os dados da pesquisa (2024)

Dentro da afirmação do diretor, pode-se observar que existe uma grande relação entre transparência e o aumento da confiança dos stakeholders. Ademais, é válido ressaltar que a organização está de acordo com as diretrizes da OCDE (2016), que afirma que a divulgação das informações implica diretamente em uma maior captação de recursos e reconhecimentos externos.

Portanto, o instituto Manda Ver tem seguido as recomendações do IBGC (2015), visto que a organização busca ser transparente em relação às informações que vão além do aspecto econômico e financeiro, chegando a um nível de transparência consideravelmente ótimo.

4.2 Princípio da equidade

De acordo com o diretor financeiro e administrativo, o instituto assegura um tratamento equitativo para todos os membros envolvidos. Existe a busca justa e

equitativa no tratamento de todos colaboradores, fornecedores, órgãos governamentais e a comunidade.

A organização visa alcançar a equidade por meio do respeito, priorizando sempre os valores estabelecidos pela gestão e expressos no código de conduta. Outrossim, a parte interna da entidade possui um organograma de trabalho envolvendo grupos minoritários em diversas atuações e cargos.

A remuneração dos colaboradores e diretoria é vinculada com o próprio instituto em relação ao exercício direto com a organização, levando em consideração a especificidade de cada cargo, isto é, remuneração de acordo com o trabalho realizado.

Em busca do alcance da equidade, a organização dispõe do documento código de conduta do instituto Manda Ver que está disponível em seu respectivo website, tendo o objetivo de assegurar o cumprimento do código, dar ciência aos novos colaboradores e informar a todos os parceiros, tanto o conteúdo, quanto a aplicação.

Conforme o código de conduta do instituto (2019), todas as ações realizadas são respaldadas em comprometimento, integridade e ética:

- I - Aos órgãos Governamentais: O reconhecimento do papel e apoio à atuação dos órgãos controladores, prestando-lhes informações pertinentes e confiáveis em tempo hábil;
- II - Às pessoas: A manutenção de um ambiente de trabalho onde o relacionamento é baseado no profissionalismo, confiança, cooperação, integração, respeito às diferenças individuais e urbanidade;
- III - Aos fornecedores e empresas de terceirização de serviços: A legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência em todos os atos praticados;
- IV - À representação dos empregados, associações e instituições: O reconhecimento à legitimidade e manutenção de um diálogo permanente com as instituições representativas dos trabalhadores, legalmente constituídas, mantendo canais de diálogo pautados no respeito mútuo, na seriedade, na responsabilidade e na transparência nas relações;
- V - À comunidade: O estabelecimento de relações justas e equilibradas com a comunidade por meio do incentivo, promoção, apoio e participação em ações de responsabilidade social e cidadania (CÓDIGO DE CONDUTA, 2019, p. 3-5).

A organização afirma que o código de ética contribui de forma eficiente para o alcance da equidade. De acordo com o diretor responsável por responder, o código expressa propostas de condutas adequadas e sanções para as condutas inadequadas, fatores relevantes para o clima organizacional.

O estudo de Abreu e Theóphilo (2021) ressalta que é essencial que as organizações do terceiro setor tenham um código de conduta para guiar os

colaboradores conforme o estabelecido pela entidade e desenvolver um controle interno que busque prevenir e detectar ações contrárias às normas aceitáveis.

Observa-se, portanto, que o instituto Manda Ver tem adotado o princípio da equidade em seu modelo de governança e que tem buscado aplicar de diversas formas, conforme expressas no código de conduta. Na prática, é realizado tratamento justo com as partes interessadas, estando de acordo com um dos princípios fundamentais da governança corporativa do IBGC (2015).

4.3 Princípio da prestação de contas

Segundo o diretor financeiro e administrativo da instituição, a organização não possui um comitê de auditoria interna. A auditoria é realizada por uma entidade externa que tem parceria com o instituto. Existem, também, as auditorias que acontecem para que a OSC obtenha selos de transparência, uma vez que as avaliações ocorrem mediante uma breve auditoria.

O IBGC (2015) aponta que é possível que a organização não possua um comitê de auditoria e ainda assim exerça boas práticas de governança, visto que na ausência desse comitê, o próprio conselho de administração fica responsável por desempenhar as respectivas funções.

Segundo o diretor administrativo e financeiro, apesar de não existir uma auditoria interna estruturada, a administração do instituto consegue garantir a imparcialidade e a prudência na apresentação de suas demonstrações financeiras.

Conforme as informações disponibilizadas na entrevista, o instituto monitora os seus resultados frequentemente. As reuniões internas acontecem semanal e mensalmente com o intuito de observar os resultados presentes e as próximas decisões estratégicas. O monitoramento de resultados é um meio relevante para o controle interno e posteriormente prestar contas do que é realizado.

Quanto à prestação de contas, o instituto busca, por intermédio da governança corporativa, prestar contas de sua atuação de forma clara, concisa, tempestiva e compreensível para todos os públicos.

As demonstrações contábeis e relatórios gerenciais estão disponíveis para todas as partes interessadas no próprio sítio eletrônico do Manda Ver. Dessa maneira, qualquer pessoa consegue ter acesso às informações mais específicas quanto às entradas e saídas, captação de recursos e investimentos.

O relatório anual evidencia a quantidade de pessoas impactadas diretamente com as ações do instituto, o trabalho realizado por meio de oficinas, quantidade de alunos que obtiveram qualificação profissional, quantidade de famílias atendidas e auxiliadas com cestas básicas, entre outras informações.

De acordo com o IBGC (2015), o relatório anual é uma forma bastante abrangente de prestação de informações da entidade para os stakeholders. Essa disponibilidade contribui para a transparência e prestação de contas do instituto e faz com que se enquadre dentro das boas práticas de governança corporativa.

O site do instituto Manda Ver disponibiliza, além do relatório anual, as demonstrações financeiras de cada ano, respectivamente. É possível observar os valores obtidos como receitas provenientes de doações de pessoas físicas e jurídicas, os repasses da lei de incentivo e as despesas de forma detalhada, especificando o valor gasto em cada uma delas. Por fim, fica em evidência o lucro ou prejuízo do exercício analisado.

Nota-se, portanto, que as demonstrações financeiras estão de acordo com as práticas contábeis brasileiras e que a organização tem seguido o princípio de prestação de contas de forma transparente e eficaz.

As práticas adotadas pelo instituto condizem com as recomendações do IBGC (2015), que exige uma prestação de contas de forma abrangente, legal, compreensível e disponível para todas as partes interessadas.

4.4 Princípio da responsabilidade corporativa

De acordo com o IBGC (2015), é essencial que as organizações desenvolvam um modelo de negócio que engloba fatores que vão além do aspecto financeiro, como o capital humano, social e ambiental. Assim, é importante ressaltar que a responsabilidade corporativa deve ser um dos princípios mais praticados pelas organizações do terceiro setor, uma vez que estas devem trabalhar de forma que suas atividades sejam benéficas para a sociedade.

Segundo o diretor administrativo e financeiro do instituto Manda Ver, o instituto trabalha para garantir sua sustentabilidade e longevidade ao longo do tempo com comprometimento aos valores e planejamentos estratégicos para a atuação junto à sociedade. A organização busca sempre cumprir o que é proposto no planejamento para que assim avance e consiga expansão em sua atuação.

Em relação às ações do Manda Ver, a atuação do Instituto na região não apenas promove o desenvolvimento individual, mas também cria riqueza e oportunidades de maneira abrangente contribuindo para a prosperidade local. De acordo com a instituição, destacam-se algumas ações:

Quadro 4 - Ações de Responsabilidade Corporativa

Ações	Descrição
Desenvolvimento Infantil e Juvenil	Oficinas de cultura e esporte proporcionam às crianças o desenvolvimento de habilidades físicas, artísticas, intelectuais e disciplina, promovendo a autoestima desde cedo. Outro meio é o programa de trilha de carreira para os jovens, que oferece orientação para identificar habilidades e afinidades, preparando-os para o mercado de trabalho.
Ciclo de Formação para Adultos	O ciclo de formação para adultos inclui alfabetização, capacitação profissional e orientação profissional, cria um caminho claro para que os indivíduos escolham entre empreender ou ingressar no mercado de trabalho. Essas pessoas contam com o suporte do setor de empregabilidade, desde a criação de currículos até o acompanhamento pós-entrevista, melhorando significativamente as chances de sucesso.
Empreendedorismo e Microcrédito	O Banco Laguna desempenha um papel fundamental ao oferecer formação empreendedora e acesso a microcréditos para aqueles que optam por empreender. Atualmente, mais de 46 negócios foram desenvolvidos, gerando renda direta e indireta, além de criar novas oportunidades de emprego na comunidade.
Linha Socioambiental Ecosururu	A iniciativa Ecosururu não apenas aborda problemas socioambientais, como o descarte irregular de cascas de sururu, mas também utiliza esses resíduos na produção do cobogó mundaú, reduzindo significativamente o impacto ambiental e promovendo práticas sustentáveis.
Moeda Social Sururote	A introdução do sururote como moeda local tem sido instrumental para concentrar a circulação financeira na região, fortalecendo a economia local e gerando demanda por mão de obra.
Auxílio Sururote e Desenvolvimento Familiar	O auxílio sururote, com acompanhamento de mais de 160 famílias, contribui para atender às necessidades básicas previstas em constituição, ajudando as famílias a alcançarem a emancipação econômica.
Sururucash e Pagamento de Contas	A possibilidade de pagamento de contas com sururotes através do sururucash impacta positivamente no endividamento das famílias, proporcionando maior estabilidade financeira.

Fonte: Elaborado pelo autor de acordo com os dados da pesquisa (2024)

Pode-se considerar que o instituto cria riquezas na região em que atua e que tem buscado o desenvolvimento social e econômico, sendo por meio de capacitações, acompanhamento do setor de empregabilidade, auxílios no desenvolvimento de novos negócios e gerando novas oportunidades de empregos.

Portanto, é possível notar que ao abordar uma gama de impactos sociais, ambientais e econômicos, o instituto visa criar uma rede integrada de suporte que não

só beneficia indivíduos, como também gera um impacto positivo no desenvolvimento da comunidade do Vergel do Lago.

Segundo o gestor representante do instituto, um dos objetivos da organização é contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, possibilitando a autonomia e impulsionando o exercício da cidadania, englobando saúde, educação, cultura, lazer e geração de renda.

De forma mais específica, o Manda Ver também busca se preocupar com ações voltadas ao cuidado com o meio ambiente. O instituto possui o projeto Ecosururu, desenvolvido com o intuito de destinar de forma correta o descarte da casca do sururu para ser reaproveitado como matéria prima na produção de cobogó ecológico. Em números, a organização já arrecadou mais de 1.000 (mil) toneladas por ano, contribuindo, assim, para a preservação ambiental.

O instituto também firmou parceria com o projeto “plastitroque”, pertencente a uma grande empresa que atua no Brasil. Esse projeto tem como objetivo colaborar com a manutenção do meio ambiente local e promover ações educativas com as famílias da comunidade do Vergel do Lago. Houve recorde de arrecadação no ano de 2022, somando 8 (oito) toneladas de resíduos plásticos. O instituto Manda Ver busca promover essa ação de forma anual, visto que sempre atende um número expressivo de adeptos.

Além desses projetos supracitados, a entidade trabalha de forma pontual com as crianças atendidas por meio das metodologias pedagógicas com recursos não estruturados. Sendo assim, os trabalhos são realizados com materiais recicláveis para compor monumentos, quadros e utensílios diversos, principalmente nas oficinas de artes visuais que o instituto oferece. Ademais, os alunos se deparam constantemente com o tema sustentabilidade, conscientização e as boas práticas ambientais em relação à região que habitam.

Conclui-se que as ações de responsabilidade corporativa adotadas pela organização seguem a ordem social, econômica e ambiental, condizentes com os princípios estabelecidos pelo IBGC (2015) em relação à GC aplicada.

4.5 Características do conselho de administração

O instituto possui um Conselho de Administração formalmente constituído, abrangendo conselheiros fiscais e conselheiros consultivos. De acordo com o diretor

administrativo e financeiro, os papéis e as responsabilidades do conselho são expressos no estatuto social do Manda Ver.

De acordo com o estatuto social do instituto (2021), o conselho consultivo pode ser composto por um número ilimitado de membros, sendo todos estes eleitos pela assembleia geral para mandato de até 9 (nove) anos. Assim também o conselho fiscal tem o mandato de até 9 (nove) anos, contando a partir do termo de posse. O estatuto deixa em evidência que os membros do conselho consultivo e fiscal não podem receber nenhum tipo de remuneração financeira do Manda Ver.

Segundo o representante do instituto, o estatuto social visa deixar em evidência toda estrutura de funcionamento do conselho de administração, finalidades da OSC e os aspectos referentes aos associados e diretoria geral.

O conselho consultivo deve analisar questões estratégicas do Instituto e oferecer diretrizes, além de emitir sugestões não obrigatórias à Diretoria. O órgão também é encarregado de apoiar as iniciativas do Instituto fornecendo informações, análises, pesquisas, opiniões e pareceres, conforme solicitado por membros da diretoria ou pela Assembleia Geral. É possível identificar práticas que fomentam a adoção dos princípios da governança corporativa.

Quanto ao Conselho Fiscal, sua responsabilidade é examinar os livros de escrituração do Instituto, avaliar e dar parecer sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil, assim como sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os órgãos superiores da entidade, entre outras funções. A ativa atuação culmina na preservação do valor do instituto, coerente com as práticas do IBGC (2015).

A Diretoria do Instituto busca implementar medidas de gestão administrativa que são tanto necessárias quanto suficientes para prevenir a obtenção, seja de forma individual ou coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais como resultado de sua participação nos processos decisórios.

De acordo com o diretor respondente, o conselho se reúne de forma trimestral, ou de forma excepcional, quando necessário. Essas reuniões garantem um bom desempenho do conselho. Vale ressaltar a importância da participação de todos os conselhos nas reuniões para manter uma boa governança.

O estatuto social do instituto não prevê quantidade mínima de membros para a diretoria, mas existe a quantidade mínima para o conselho fiscal, que é de 3 (três) membros, enquanto o conselho consultivo pode ser uma quantidade ilimitada.

Atualmente, o Manda Ver tem 11 (onze) membros entre a diretoria e o conselho de administração da organização. Número condizente com a quantidade recomendada pelo IBGC (2015), que sugere um número ímpar entre 5 (cinco) e 11 (onze) membros atuantes, dependendo da estrutura da entidade.

Dentro das melhores práticas de governança corporativa, o Manda Ver tem buscado se adaptar cada vez mais às exigências pertinentes para uma OTS. Outro fator relevante no instituto é que as posições do conselho de administração e diretor presidente não são ocupadas pela mesma pessoa, apontando, assim, para uma coerência no modelo de gestão.

Conclui-se, portanto, que a atuação do conselho de administração e da diretoria condiz com as práticas sugeridas pelo IBGC (2015), desde a exigência, como as funções desempenhadas na organização de acordo com o estatuto social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar as práticas de governança corporativa adotadas por uma organização do terceiro setor, visando identificar suas ações, princípios orientadores e sua conformidade com os fundamentos da governança corporativa. Para isso, realizou-se um estudo de caso no Instituto Manda Ver, uma Organização da Sociedade Civil localizada em Maceió.

Os resultados revelaram que o Instituto Manda Ver implementa práticas de governança centradas na transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa em seu modelo de negócio, indo além do mero aspecto teórico da organização.

Outrossim, foi possível observar e descrever minuciosamente os princípios que orientam as práticas de governança corporativa adotadas pelo instituto, bem como as contribuições dessas práticas para o aprimoramento da organização.

Constatou-se, também, que o estilo de governança está alinhado com os pilares fundamentais estabelecidos pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), garantindo assim uma prática coerente e eficaz de governança na organização.

Para auxiliar no alcance do objetivo, foram abordados temas como governança corporativa em geral, características do terceiro setor e a relação entre governança corporativa e entidades do terceiro setor, visando esclarecer alguns conceitos e fundamentações. A pesquisa foi conduzida por meio de uma entrevista de roteiro estruturado com um representante da organização estudada, fornecendo os dados necessários para a análise conforme o propósito do estudo.

Os resultados revelaram que o Instituto Manda Ver está comprometido em desenvolver seu modelo de governança corporativa, adotando práticas transparentes, equitativas, relatórios de prestação de contas, ações voltadas para a sociedade e uma estrutura de conselho eficiente. Desse modo, as respostas da entrevista indicaram uma concordância geral de que o Instituto está adotando boas práticas, evidenciada pelas ações, princípios e sua aplicação consistente com os pilares da governança corporativa.

Este estudo contribui tanto de forma prática quanto acadêmica, fornecendo uma análise específica das práticas de governança implementadas pelo Instituto Manda Ver em seu modelo de gestão, que pode servir como referência para outras

organizações não governamentais. Além disso, preenche uma lacuna na literatura ao abordar a governança em entidades sem fins lucrativos.

Uma limitação deste estudo é que foi conduzido em apenas uma OSC e baseado apenas na perspectiva da própria organização. Para futuras pesquisas, sugere-se uma amostragem mais ampla de organizações do terceiro setor e a inclusão de outros stakeholders, inclusive dos beneficiários para uma análise mais abrangente e concreta.

Observou-se a importância da temática governança para as organizações sem fins lucrativos. Outrora, apenas organizações da administração pública e empresas privadas se preocupavam com a implementação da GC em seus respectivos gerenciamentos. No entanto, é possível que a governança corporativa também seja aplicada em entidades do terceiro setor de forma eficiente.

Pode-se concluir que, em um mercado cada vez mais voltado para a transparência e uma gestão eficaz, todas as organizações devem se esforçar para se adaptar às demandas de seus stakeholders, incluindo as ONGs. Ao adotarem as melhores práticas de governança corporativa, as organizações podem se beneficiar com recursos adicionais, investimentos e reconhecimento, fortalecendo assim suas operações e seu impacto positivo na sociedade.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Nathaly Karoline Ferreira; THEÓPHILO, Carlos Renato. Governança Corporativa no Terceiro Setor: Análise de Websites de Organizações Não Governamentais (Ongs) de Minas Gerais. **18º Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade**, 2021. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/21Usplnernational/ArtigosDownload/3286.pdf>. Acesso em: 25 set. 2023.
- ANANIAS, Jacqueline et al. Prestação de contas e captação de recursos: estudo em entidades do terceiro setor do estado do Paraná. In: **XVII Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. Recuperado em Fevereiro**. 2020. p. 2021. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/20Usplnernational/ArtigosDownload/2782.pdf>. Acesso em: 21 out. 2023.
- ÁVILA, Lucimar Antônio Cabral de; BERTERO, Carlos Osmar. Governança no terceiro setor: Um estudo de caso em uma fundação de apoio universitário. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 18, p. 125-144, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgn/a/rQjxYmL9HkBsgvKGSwSb5kv/>. Acesso em: 06 nov. 2023.
- AZEVEDO, Polyanna Freitas Oliveira de.; MAIA, Felipe Martins.; COUTO, Felipe Fróes. Governança corporativa na saúde suplementar: Estudo em uma cooperativa de saúde. **Revista de Administração Hospitalar e Inovação em Saúde**, v. 19, n. 4, p. 55-73, 2022. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/71074/governanca-corporativa-na-saude-suplementar--estudo-em-uma-cooperativa-de-saude>. Acesso em: 14 nov. 2023.
- BASTOS, Douglas. Governança Corporativa, Valor de Mercado e Liquidez das Companhias Abertas Brasileiras. **RGC-Revista de Governança Corporativa**, v. 7, p. e053-e053, 2020. Disponível em: <https://www.rgc.org.br/Journals/article/view/53>. Acesso em: 22 ago. 2023.
- BORTOLUZZI, Franciane; LEISMANN, Edison Luiz; JOHANN, Jerry Adriani. Governança corporativa: o caso da cooperativa Copacol. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade (ISSN 2318-3233)**, v. 6, n. 3, p. 23-40, 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/view/935>. Acesso em: 10 jun. 2023.
- BRASIL. **Lei n.º 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil.
- CARDOSO, Márcia Regina Gonçalves; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; GHELLI, Kelma Gomes Mendonça. Análise de conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2347/1443>. Acesso em: 13 fev. 2024.
- CARVALHO, Anna Eurídice Gonçalves. **Aplicações dos princípios de Governança Corporativa em uma organização do terceiro setor**. 2019. Trabalho de Conclusão

de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Federal do Ceará, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/49928>. Acesso em: 03 jun. 2023.

CELEGATTI, Nathan et al. Práticas de Governança Corporativa: o caso de uma entidade do terceiro setor. **Contexto-Contabilidade em Texto**, v. 21, n. 49, p. 73-85, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/ConTexto/article/view/115455>. Acesso em: 05 jul. 2023.

Código de Conduta Manda Ver. **Mandaver**, Maceió, 30 de abr. de 2019. Disponível em: https://www.mandaver.org.br/files/ugd/99a6d0_f3f4f4e37fb047328990823dbb839738.pdf. Acesso em: 12 fev. 2024.

CONDUTA, Luis Fernando; VITORIANO, Marcia Cristina de Carvalho Pazin. Análise das práticas de governança corporativa e sua relação com o compartilhamento do conhecimento nas instituições do terceiro setor. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 11, n. 2, p. 37-59, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2178-2075.v11i2p37-59>. Acesso em: 22 jul. 2023.

CORSO, Rodrigo Luiz; ECKERT, Alex; POMPERMAYER, Rogério. A relação entre Governança Corporativa e Empreendedorismo Corporativo: uma análise bibliométrica. **Revista Metropolitana de Governança Corporativa (ISSN 2447-8024)**, v. 5, n. 2, p. 28-28, 2020. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/RMGC/article/view/2310>. Acesso em: 03 jul. 2023.

DA SILVA, Raiziane Cássia Freire; SEIBERT, Rosane Maria. Governança Corporativa—História e Tendências. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, v. 9, n. 3, p. 74-100, 2015. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/rica/article/view/17832>. Acesso em: 14 ago. 2023.

DE MORAES PERES, Renan; DUARTE, Francisco Ricardo; DE ARAÚJO, Marcos Alberto. Índices de Governança Corporativa Aplicados ao Terceiro Setor. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 12, n. 40, p. 1-20, 2018. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1037>. Acesso em: 02 ago. 2023.

DEJAVITE, Luzia Corsini. A Governança Corporativa Como Ferramenta Estratégica Na Administração Das Instituições Do Terceiro Setor. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 4, p. 667-674, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.v7i4.995>. Acesso em: 24 jul. 2023.

DINIZ, Cláudio Smirne. **A improbidade administrativa no contexto das parcerias públicas com o terceiro setor**. 2020. Disponível em: <https://www.tce.mg.gov.br/IMG/Legislacao/legiscont/Artigos%20selecionados/Boletim/01-2020/BGCP%20jan%203.pdf>. Acesso em: 06 out. 2023.

ECKERT, Alex et al. Comparativo Entre Práticas de Governança Corporativa Brasileiras e Norte-Americanas. **RGC-Revista de Governança Corporativa**, v. 9, n.

1, p. e070-e070, 2022. Disponível em: <https://rgc.org.br/Journals/article/view/70>. Acesso em: 15 jul. 2023.

Estatuto Social Manda Ver. **Mandaver**, Maceió, 04 de jan. de 2021. Disponível em: https://www.mandaver.org.br/files/ugd/99a6d0_379ead9722ea4d938f56f8e76542d6d7.pdf. Acesso em: 17 fev. 2024.

FALCÃO, Maurin Almeida; DE ARAUJO, Rayanne Saturnino. A importância estratégica do terceiro setor no Brasil como meio de desenvolvimento social: uma argumentação teórica a partir do prisma da economia social de Gide. **Revista Jurídica Cesumar-Mestrado**, v. 17, n. 1, p. 153-179, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revjuridica/article/view/5261>. Acesso em: 06 out. 2023.

FAUSTINO, Meireluce dos Santos Costa; DE OLIVEIRA, Adriana Martins; DA SILVA, Jerferson Freitas. A Contabilidade e a Prestação de Contas em Organizações do Terceiro Setor. **Revista Controladoria e Gestão**, v. 3, n. 2, p. 756-774, 2022. Disponível em: <https://ufs.emnuvens.com.br/rcg/article/view/17354>. Acesso em: 24 jul. 2023.

FERREIRA, Rafael Maximiano et al. Governança Corporativa: Um estudo bibliométrico da produção científica entre 2010 a 2016. **Revista Organizações em Contexto**, v. 15, n. 29, p. 323-342, 2019. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasmetodista/index.php/OC/article/view/8638>. Acesso em: 03 jul. 2023.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRA, Avaetê de Lunetta e Rodrigues. Metodologia da pesquisa científica e acadêmica. **Revista OWL (OWL Journal)-Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação**, v. 1, n. 2, p. 149-159, 2023. Disponível em: <https://revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/48>. Acesso em: 15 jan. 2024.

INNOCENTI, Renícia Maria; VICENTE, Ernesto Fernando Rodrigues; GASPARETTO, Valdirene. Evidenciação Voluntária de Boas Práticas de Governança Corporativa em Fundações Privadas, à Luz do IBGC. **Revista Metropolitana de Governança Corporativa (ISSN 2447-8024)**, v. 5, n. 1, p. 104-104, 2020. Disponível em: <http://35.247.246.3/index.php/RMGC/article/view/2345>. Acesso em: 20 jul. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil - FASFIL. **Séries históricas**, 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/outras-estatisticas-economicas/9023-as-fundacoes-privadas-e-associacoes-sem-fins-lucrativos-no-brasil.html?=&t=series-historicas>. Acesso em: 25 ago. 2023.

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. 5. ed. São Paulo: IBGC, 2015. Disponível em:

<https://conhecimento.ibgc.org.br/Paginas/Publicacao.aspx?PubId=21138>. Acesso em: 11 jul. 2023.

Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Guia das melhores práticas de governança para Fundações e Institutos Empresariais**. São Paulo: IBGC, 2014. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/guia-das-melhores-praticas-de-governanca-parainstitutos-e-fundacoes-empresariais>. Acesso em: 11 jul. 2023.

Instituto Manda Ver. **Transparência**, Maceió, 2019. Disponível em: <https://www.mandaver.org.br/transparencia>. Acesso em: 12 fev. 2024.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=8e5a1f3e-de94-4194-be1d-f8b24e7f2a6a>. Acesso em: 20 jul. 2023.

LACRUZ, Adonai José. Considerações teóricas sobre governança corporativa no terceiro setor à luz da teoria da agência. **Cadernos Ebape.br**, v. 18, p. 473-485, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395120190007>. Acesso em: 10 jul. 2023.

LANDIM, Rayssa Rosa Menezes; DE ÁVILA, Lucimar Antônio Cabral; DE CARVALHO, Hugo Leonardo Menezes. Análise da Governança Corporativa de Entidades do Terceiro Setor na Cidade de Uberlândia. **Editora Científica Digital**, 2022. Disponível em: <https://www.editoracientifica.com.br/artigos/analise-da-governanca-corporativa-de-entidades-do-terceiro-setor-na-cidade-de-uberlandia>. Acesso em: 11 dez. 2023.

LIMA, Fúlvia Fernanda et al. Prospecção das Boas Práticas de Governança Corporativa nas Organizações: Estudo de Caso de uma Sociedade Anônima. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 8, n. 1, p. 72-90, 2023. Disponível em: <https://www.relise.eco.br/index.php/relise/article/view/599>. Acesso em: 01 set. 2023.

LOLLA, Sandra Cristina; VELOSO, Elza de Fátima Rosa. Governança corporativa no terceiro setor: estudo de caso da obra social Santa Rita de Cássia. **Revista Metropolitana de Governança Corporativa (ISSN 2447-8024)**, v. 3, n. 1, p. 28-51, 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/RMGC/article/view/1760>. Acesso em: 10 jul. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MILANI, Ana Maria Rita; DE OLIVEIRA, Rejane Soares. Cooperativismo no Bairro Vergel do Lago na Lagoa Mundaú-Maceió, Alagoas e a Criação da Cooperativa de Trabalho das Marisqueiras Mulheres Guerreiras (COOPMARIS). **Revista da Geografia do Trabalho**, v. 22, n. 2, p. 263-280, 2021. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/8473>. Acesso em: 13 fev. 2024.

NUNES, Ginete Cavalcante; NASCIMENTO, Maria Cristina Delmondes; LUZ, Maria Aparecida Carvalho Alencar. Pesquisa científica: conceitos básicos. **ID on line. Revista de psicologia**, v. 10, n. 29, p. 144-151, 2016. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/390/527>. Acesso em: 15 jan. 2024.

OCDE. **Diretrizes da OCDE sobre Governança Corporativa de Empresas Estatais**. Paris: Éditions OCDE, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264181106-pt>. Acesso em: 02 ago. 2023.

OLIVEIRA, William Emanuel Souza de; COELHO, Claudio Ulysses Ferreira. Transparência das informações e seu impacto no valor econômico: um estudo em organizações do Terceiro Setor. **Pensar Contábil**, v. 19, n. 70, 2018. Disponível em:

PROETTI, Sidney. As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: Um estudo comparativo e objetivo. **Revista Lumen-ISSN: 2447-8717**, v. 2, n. 4, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.32459/revistalumen.v2i4.60>. Acesso em: 15 jan. 2024.

RAMOS, Alef Ferreira et al. Governança Corporativa no Terceiro Setor: Estudo de Caso na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Governador Valadares. **Perspectivas Contemporâneas**, v. 15, n. 1, p. 207-225, 2020. Disponível em: <https://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/3090>. Acesso em: 14 jun. 2023.

SANTOS, Júlio Edstron Secundino; PAES, José Eduardo Sabo; DO VALLE, Maurício Dalri Timm. O posicionamento estratégico do Terceiro Setor na Atualidade. **Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor**, p. 160-185, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.31501/repats.v4i2.8863>. Acesso em: 11 jul. 2023.

SILVEIRA, Alexandre Di Miceli da. **Governança corporativa no Brasil e no mundo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

SOARES, Simaria de Jesus. Pesquisa científica: uma abordagem sobre o método qualitativo. **Revista Ciranda**, v. 3, n. 1, p. 1-13, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/ciranda/article/download/314/348>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SOUZA, Andreia Brasil e; BAUER, Maristela Mercedes; COLETTI, Luciana. A Importância da Governança Corporativa e do Controle interno na Área Contábil. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, v. 17, n. 1, p. 148, 3 jan. 2020. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/1723>. Acesso em: 05 jul. 2023.

SOUZA, Vinícius Guimarães de; MOREIRA, Vinicius Souza de. Terceiro setor à luz dos aspectos contábeis e financeiros. **Cadernos de Estudos Interdisciplinares**, v. 5, n. 2, p. 141-164, 2023. Disponível em: <http://publicacoes.unifal-mg.edu.br/revistas/index.php/cei/article/view/2149>. Acesso em: 04 dez. 2023.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTA

Prezados senhores,

Segue o questionário com 25 (vinte e cinco) perguntas abertas para realização da pesquisa integrante do Trabalho de Conclusão de Curso, modalidade monografia, do acadêmico **Chrisley Alex dos Santos**, orientado pelo Professor Doutor **Edilson dos Santos Silva**, tendo como título preliminar **“GOVERNANÇA COPRORATIVA NO TERCEIRO SETOR: ANÁLISE DAS PRÁTICAS ADOTADAS POR UMA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL SITUADA EM MACEIÓ.”**

1. TRANSPARÊNCIA
1.1 De que maneira a organização compartilha informações a respeito de sua administração com os stakeholders, incluindo sócios, colaboradores, entidades governamentais e a comunidade?
1.2 A organização realiza a divulgação de seus resultados financeiros e operacionais, oferecendo informações detalhadas tanto em termos quantitativos quanto qualitativos?
1.3 No website do instituto existe uma área de relações com o público em geral?
1.4 Se SIM para a pergunta anterior, como é esse processo e quais informações e ferramentas são disponibilizadas?
1.5 Percebe-se que o nível de transparência da organização tem influência e contribui para aumentar a confiança interna e nas relações com terceiros? Como?

2. EQUIDADE
2.1 A organização assegura um tratamento equitativo para todos os seus membros associados?
2.2 Como se busca a justiça e a equidade no tratamento a todos os grupos (sócios, colaboradores, fornecedores, órgãos governamentais, comunidade)?
2.3 O instituto dispõe de código de ética ou conduta estabelecido?
2.4 Se SIM para a pergunta anterior, como o código contribui para o alcance da equidade?
2.5 Qual é o método utilizado para a remuneração dos membros? A remuneração está vinculada ao desempenho?

3 PRESTAÇÃO DE CONTAS E AUDITORIA
3.1 A organização possui Comitê de Auditoria? Se sim, como funciona?
3.2 Com que frequência o comitê de auditoria se reúne?
3.3 Como a administração do instituto garante a imparcialidade e a prudência na apresentação de suas demonstrações financeiras? A organização possui uma estrutura interna de auditoria?

3.4 As demonstrações contábeis e relatórios gerenciais estão disponíveis para todas as partes interessadas (sócios, colaboradores, órgãos governamentais, comunidade)?
3.5 Com que frequência a organização monitora seus resultados?

4 RESPONSABILIDADE CORPORATIVA
4.1 Como o instituto trabalha para garantir sua sustentabilidade e longevidade ao longo do tempo?
4.2 De que forma a organização cria riquezas e oportunidades na região em que atua?
4.3 Quais são as ações voltadas para oportunidades de empregos na região?
4.4 De que forma busca-se contribuir para a melhoria de qualidade de vida das pessoas?
4.5 Como o instituto se preocupa com ações voltadas ao cuidado com o meio ambiente?

5 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
5.1 Existe um Conselho formalmente estabelecido?
5.2 Os papéis e responsabilidades do Conselho de Administração existentes são formalmente definidos em regimentos internos ou no estatuto social?
5.3 Com que frequência o Conselho se reúne?
5.4 Qual é a quantidade de membros (sem incluir os suplentes) que compõe o Conselho de Administração?
5.5 As posições de presidente do conselho de administração e diretor presidente são ocupadas pela mesma pessoa?

Observação: o questionário é uma adaptação de outros questionários realizados por autores em estudos anteriores.

Responsável por responder

ANEXO A – AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA ACADÊMICO-CIENTÍFICA

Prezados senhores,

Solicitamos autorização para realização de uma pesquisa integrante do Trabalho de Conclusão de Curso, modalidade monografia, do acadêmico **CHRISLEY ALEX DOS SANTOS**, orientado pelo Professor Doutor **EDILSON DOS SANTOS SILVA**, tendo como título preliminar “**GOVERNANÇA COPROPRATIVA NO TERCEIRO SETOR: ANÁLISE DAS PRÁTICAS ADOTADAS POR UMA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.**”

O Objetivo Geral da pesquisa é: **VERIFICAR QUAIS SÃO AS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA ADOTADAS PELO INSTITUTO LOCALIZADO EM MACEIÓ.**

A coleta de dados será feita por meio de um questionário com 25 (vinte e cinco) perguntas abertas.

Salientamos que todos os dados e informações necessárias para a pesquisa serão previamente submetidos à aprovação do responsável pela organização concedente.

A presente atividade é requisito para a conclusão do **Curso de Administração, da Universidade Federal de Alagoas – Campus A. C. Simões.**

Agradecemos a atenção e nos colocamos ao inteiro dispor para melhores esclarecimentos.

Documento assinado digitalmente
gov.br CHRISLEY ALEX DOS SANTOS
Data: 11/07/2023 09:59:31-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Acadêmico

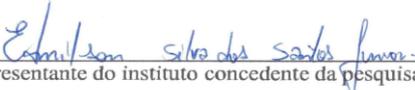
Documento assinado digitalmente
gov.br EDILSON DOS SANTOS SILVA
Data: 07/07/2023 15:26:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Professor Orientador

Deferido () Com anonimato () Sem anonimato

Indeferido ()

Maceió, 20 de Julho de 2023.


Representante do instituto concedente da pesquisa